

## GEOGRAFIA, LITERATURA E HUMANISMO: UMA SÍNTESE HISTÓRICA E TEÓRICO-METODOLÓGICA

*Geography, literature and humanism: a historical and theoretical-methodological synthesis*

Felipe Cabañas da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O diálogo entre geografia e literatura remonta aos primórdios do pensamento geográfico, quando ainda não havia a rígida divisão de saberes que é marco da modernidade. Durante a primeira metade do século XX, a aproximação foi pouco explorada, mas a partir da década de 1970, a literatura começa a se estabelecer como um objeto sistemático de pesquisas da geografia, atualmente constituindo um importante campo de trabalho com contribuições relevantes ao pensamento geográfico. O tema tem sido abordado por diversas correntes teórico-metodológicas, principalmente pela geografia humanista. Este artigo tem como meta sintetizar os principais aspectos teóricos envolvidos na aproximação da geografia humanista com a literatura. Para isso, investigamos a história do pensamento geográfico contemporâneo e nos debruçamos sobre o conceito de humanismo, refletindo como e por que esse conceito é um dos mais importantes embasamentos teóricos a sustentar a relação entre a geografia e literatura.

**Palavras-chave:** Geografia e Literatura. Geografia humanista. Humanismo.

### ABSTRACT

The first contacts between geography and literature go back to the beginnings of geographical thought, when there was still no rigid division of knowledge, a hallmark of modernity. During the first half of the 20th century, the approach was little explored, but from the 1970s, literature begins to establish itself as a systematic object of research in geography, currently constituting an important field of work with relevant contributions to geographical thought. The theme has been approached by different theoretical-methodological currents, mainly by humanist geography. This article aims to synthesize the main theoretical aspects involved in the approximation between humanist geography and literature. For this, we investigate the history of contemporary geographic thought and we focus on the concept of humanism, reflecting on how and why this concept is one of the most important theoretical foundations to support the relationship between geography and literature.

**Keywords:** Geography and Literature. Humanistic geography. Humanism.

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professor de Geografia na Prefeitura Municipal de São Paulo e no Colégio Salesiano Santa Teresinha. felipe.cabanassilva@gmail.com

✉ R. Dom Henrique Mourão, 201 - Santa Teresinha, São Paulo - SP, 02405-030.

## INTRODUÇÃO

O diálogo entre geografia e literatura se intensificou nas últimas décadas. Mais precisamente, a literatura tem sido objeto de um interesse crescente por parte dos geógrafos, um movimento de aproximação que muito se relaciona com o processo de renovação crítica da disciplina, a partir da década de 1970. Nesse movimento de renovação crítica, a geografia afastou-se do neopositivismo e da compreensão do ser humano como sujeito atomizado, variável quantificável que se relaciona com o espaço de forma objetiva e pragmática.

Neste sentido, a disciplina se abre para novas temáticas e problemáticas, recolocando o ser humano, e sua subjetividade, no centro do arcabouço teórico-metodológico do pensamento geográfico. Embora o interesse dos geógrafos pela literatura não se inicie nas últimas décadas, é nesse momento histórico que ele ganha contornos mais sistemáticos, com volume crescente de estudos, teses, artigos e eventos científicos relacionados à temática (Brousseau, 1996; Suzuki, 2010, p. 243).

O interesse pela literatura é objeto de diversas correntes do pensamento geográfico. No entanto, há destaque para a corrente humanista, cuja aproximação com a literatura é mais evidente. As temáticas e problemáticas da geografia humanista, e sua compreensão do sujeito e da subjetividade, aproximam o pensamento geográfico das múltiplas expressões artísticas, entre elas a literatura.

Este artigo tem o objetivo de traçar um histórico da aproximação entre geografia e literatura, buscando refletir sobre o nascimento e desenvolvimento desse diálogo, com enfoque na geografia humanista e sua abordagem da arte literária. Para tanto, discutimos

as diferentes correntes e perspectivas que abordaram a literatura no âmbito da geografia, propomos uma discussão sobre o conceito de humanismo, que embasa a corrente humanista e oferece esteios teórico-metodológicos à sua aproximação com a literatura, e, por fim, refletimos sobre a geografia das representações e suas contribuições ao estudo da literatura. Espera-se, desta maneira, enriquecer a compreensão teórico-metodológica da aproximação geografia-literatura, distinguindo correntes e perspectivas e lançando luz sobre conceitos fundamentais.

## A LITERATURA COMO TEMA DE INVESTIGAÇÃO DA GEOGRAFIA: CORRENTES E PERSPECTIVAS

O momento preciso em que se inicia o diálogo entre geografia e literatura é matéria controversa. Marc Brousseau, no livro “Des romans géographes” (Brousseau, 1996), traça um panorama esclarecedor das múltiplas abordagens geográficas da literatura, bem como de sua importante cronologia histórica, relacionando-as com as formas como a literatura é tratada pelas diversas correntes. Primeiramente, segundo ele, embora o interesse dos geógrafos pela literatura não seja novo, ele permaneceu marginal até a década de 1970, quando a geografia humanista anglo-saxã passa a defender a utilização das “fontes literárias” na pesquisa geográfica (Brousseau, 1996, p. 25, tradução livre). Esse diagnóstico identifica um ponto de partida para as manifestações institucionais. Contudo, o autor também identifica as manifestações periféricas dessa aproximação desde o início do século XX. Em suas palavras:

As primeiras manifestações de esforços nesse sentido remontariam, segundo Salter e Lloyd, a 1910, quando o inglês H.R. Mill recomendava a leitura de “romances geográficos”

no seu guia de livros de geografia. Mas, alguns anos antes, Herbertson e Keating sugeriam aos geógrafos que se voltassem à poesia e à literatura de ficção em sua análise dos lugares. Poderíamos também identificar, forçando a nota, um convite semelhante no artigo de Vidal de La Blache sobre a geografia da *Odisséia*, em 1904, ou ainda mais cedo nos capítulos do *Cosmos* de Humboldt dedicados à literatura e à pintura (Brousseau, 1996, p. 25, destaques no original, tradução livre).

Brousseau, assim, se refere a nomes importantes do pensamento geográfico. Todavia, se a aproximação entre geografia e literatura se manifestou na obra desses autores, foi apenas de forma secundária em relação a outros objetos de estudo, sem a preocupação de operacionalização de uma nova área de pesquisas e sem que a literatura fosse colocada como um objeto de pesquisas sistemáticas da geografia.

Bertrand Lévy, por outro lado, no artigo “Géographie et littérature, une synthèse historique” (Lévy, 2006), vê maior importância da literatura na obra dos fundadores da geografia, encontrando raízes dessa aproximação já na Grécia antiga. Segundo ele, desde os primórdios do pensamento geográfico, se estabeleceu uma subdivisão entre uma tendência quantitativa, focada nas localizações e enraizada no método das ciências naturais, e uma tendência qualitativa, dedicada ao estudo dos lugares e à compreensão filosófica da Terra. Esta última tendência recebe importante contribuição do discurso mítico, filosófico e metafórico, apontando para uma aproximação com a literatura.

Desta forma, nota-se que o contato entre geografia e literatura pode remontar aos primórdios do pensamento geográfico, o que exige uma análise histórica cuidadosa para compreender as origens desse contato. Não se pode negar, entretanto, que os registros mais estruturados e sistemáticos dessa aproximação são aqueles das

últimas décadas do século XX e do início do século XXI, o que, embora sugira uma certa carência de referências clássicas, aponta para uma clara atualidade da temática para a disciplina. Neste sentido, é importante discutir a presença da literatura nas distintas correntes do pensamento geográfico contemporâneo.

Brousseau (1996, p. 26) demonstra que a literatura desperta o interesse, primeiramente, no âmbito da geografia regional, que utiliza os romances do século XIX como material de apoio para a compreensão de uma região ou lugar. Assim, as paisagens literárias devem ser lidas de forma literal e deve haver consenso de que a apresentação, por parte do romancista, “das relações homem-natureza e das características da exploração econômica da região é digna de fé” (Brousseau, 1996, p. 30, tradução livre). Desta forma, a geografia vai à literatura buscando sobretudo uma fonte de informações – subjetiva, mas lida como fiel à expressão do real. A literatura, nesta concepção, é um complemento à pesquisa – onde se encontram dados, informações, eventos ou fatos que não podem ser apreendidos pela observação empírica.

Ainda no âmbito da corrente regional, o romance é também compreendido como testemunho dos homens reais que compõem o espaço e são encenados pela trama. O escritor apareceria, assim, como um porta-voz das coletividades que têm seu gênero de vida descrito pela literatura. Reflexo de um contexto socioespacial, os homens encenados pela trama trariam componentes para a compreensão do espaço, concepção que caminha no sentido de um “realismo subjetivo coletivo” (Brousseau, 1996, p. 30, tradução livre).

Dois elementos dessa abordagem são importantes e terão consequências duradouras. O primeiro é que a forma literária privilegiada por essa aproximação é o romance, que tende a ser a forma literária que mais se aproxima da objetividade científica.

Em segundo lugar, essa compreensão da literatura por parte da geografia regional sugere uma predileção pelo romance realista, onde a objetividade da escrita atinge o seu auge.

Alguns dos fatores que influenciaram o aparecimento de um interesse estável e sistemático sobre a relação entre geografia e literatura se encontram no desenvolvimento da geografia humanista, que encontra pontos de convergência com a geografia regional. A corrente humanista, entretanto, tem como centro de sua relação com a literatura a categoria de **lugar**, cara aos humanistas por colocar em primeiro plano a **relação afetiva** que o ser humano estabelece com o espaço. A categoria, assim, está imbuída de um forte conteúdo subjetivo, e a literatura, fonte privilegiada de veiculação e expressão da subjetividade, é valorizada:

A uma geografia ciência do espaço (*space*), é contraposta uma geografia ciência dos lugares (*place*), para o homem. Valores, representações, intenções, subjetividade, identidade, enraizamento, experiência concreta, percepção, são noções mobilizadas para recolocar o sujeito no centro das preocupações dos geógrafos em suas reflexões sobre as relações homem-lugar (Brosseau, 1996, p. 32, destaques no original, tradução livre).

O sujeito é recuperado e retoma a centralidade. A uma ciência do espaço é contraposta uma ciência do lugar, que coloca a **relação** homem-meio no centro da discussão. Mudam os focos, os meios e os objetivos. No entanto, a literatura, ao menos nesse momento, é ainda vista como a transcrição de uma experiência concreta ou de uma representação simbólica construída pela experiência concreta – com o sujeito em primeiro plano, mas tendo ainda a subjetividade como apoio à leitura da relação concreta entre o homem e o meio. Literatura, novamente, é apoio, fonte de informações para o pesquisador. Por isso, as primeiras abordagens

humanistas ainda terão o realismo do século XIX como material de predileção, já que ele traduz o componente subjetivo numa linguagem que se aproxima mais da linguagem científica:

Desta forma, compreende-se que é ainda frequentemente a literatura realista do século XIX que será privilegiada. [...] Preocupados em entender como o homem interioriza ou representa sua experiência do espaço, os geógrafos humanistas privilegiam o romance na medida em que este lhes parece o veículo ideal de um encontro entre o mundo objetivo e a subjetividade humana (Brosseau, 1996, p. 33, tradução livre).

Para o autor, essa compreensão da literatura toma o conteúdo do texto literário como um “a priori”, interpretando o discurso da literatura como a manifestação de uma conexão perfeita entre autor e espaço, o que não corresponde exatamente à realidade. O texto literário em si, que faz a mediação entre o autor e a realidade, e a complexidade de seu discurso são postos em segundo plano.

Para Brosseau, o discurso literário não pode ser tomado como um conjunto de significados literais sobre o espaço, um meio de resgatar ou aprofundar informações para a geografia, devendo também ser enfrentado em seus aspectos próprios, imanentes, o que exige por parte do geógrafo uma sensibilidade em relação ao texto em si, suas peculiaridades, possibilidades e limites. A geografia humanista mais atual parece ir além dessa concepção, aprofundando a reflexão sobre o texto e seu discurso (Lafaille, 1989; Lévy, 1997).

As correntes geográficas inspiradas pelo materialismo histórico também mostram interesse pela literatura. No momento preciso em que emerge com mais força o interesse geográfico pela literatura, na década de 1970, o movimento dentro da disciplina é de contestação à geografia quantitativa, de inspiração neopositivista e influente nas décadas de 1950 e 1960, o que envolve tanto a corrente humanista quanto a marxista.

Ambas as correntes, assim, têm em comum a forte crítica à geografia quantitativa de inspiração neopositivista, mas a crítica marxista é mais profunda e sistemática na condenação de “uma certa forma de promoção conservadora do *status quo* que emana das análises estatísticas” (Brosseau, 1996, p. 42, tradução livre). No entanto, também dentro das perspectivas de uma geografia mais ativa politicamente, mais combativa e comprometida com a transformação socioespacial, a literatura desperta interesse.

Marxistas e humanistas empenham-se na superação de uma ciência humana engessada pelos preceitos teórico-metodológicos oriundos das ciências naturais, representados pelo positivismo lógico e acompanhados por uma concepção de sujeito simplista e instrumental. Uma das principais diferenças, no entanto, diz respeito à concepção de sujeito. Segundo Cook<sup>1</sup> (1981 apud Brosseau, 1996, p. 43, tradução livre):

Ambas as correntes se preocupam com a interação entre o indivíduo e a sociedade, mas os geógrafos humanistas consideram a consciência como resultado da interpretação que os indivíduos fazem do mundo, fluindo do indivíduo para a sociedade, enquanto os geógrafos radicais a consideram como o resultado da posição do indivíduo na sociedade, fluindo da sociedade para o indivíduo.

Há, desta forma, uma diferença na compreensão da consciência e sua relação com o mundo – tendo claro que a manifestação simbólica através da literatura é um momento da consciência e sem ela não se realiza.

Um dos traços mais claros da abordagem marxista da literatura no âmbito da geografia, neste sentido, é buscar inserir a literatura num

<sup>1</sup> Referência de Brosseau ao artigo “Consciousness and the Novel: Fact or Fiction in the Works of D.H. Lawrence”, capítulo do livro “Humanistic geography and literature: Essays on the Experience of place” (Pocock, 1981).

movimento de contestação ou de ruptura<sup>2</sup> da ideologia dominante. Silk<sup>3</sup> (1984 apud Brosseau, 1996, p. 45, tradução livre), por exemplo, irá defender que o papel da literatura é “prover uma base para intervenção no processo de ‘apropriação mental do mundo’ que combata a ideologia burguesa”. Voltando a Brosseau:

A literatura deve, portanto, envolver-se nos movimentos revolucionários e contribuir a promover movimentos sociais hostis à ideologia dominante. Consequentemente, o direcionamento das pesquisas deve ser o estudo do feminismo, do regionalismo, do separatismo, do nacionalismo (quando antifascista) e, enfim, da percepção do ambiente e das paisagens. (Brosseau, 1996, p. 45, tradução livre).

Desta forma, a geografia marxista concebe a literatura no quadro clássico da concepção marxista do sistema estrutura-superestrutura. As relações complexas e recíprocas entre estrutura e superestrutura propiciam oportunidades de reflexão e pesquisa. Essa visão, ao contrário das anteriores, busca não somente as informações sobre o espaço que todo texto literário produz, mas sobretudo suas consequências para a realidade concreta.

Novamente, em termos textuais e discursivos, Brosseau critica nessas abordagens a desconsideração quase completa do texto literário em si e a ausência de uma análise mais imanente do discurso: “Novamente, o texto parece não opor qualquer resistência; ele é lido como o reflexo fiel dos conflitos e ideologias que levaram à sua produção e que foram disseminados graças à sua rede de distribuição” (Brosseau, 1996, p. 46-47, tradução livre). A consequência desse tipo de abordagem é que, desconsiderada

<sup>2</sup> Lefebvre (1971, p. 27-50), por exemplo, dedica-se no livro “Au delà du structuralisme”, no capítulo “Le romantisme révolutionnaire”, a buscar definir o estatuto de uma arte genuinamente revolucionária, temática cara aos intelectuais marxistas.

<sup>3</sup> Referência ao artigo “Beyond Geography and literature” (Silk, 1984).

em suas características imanentes, a literatura figura como apoio de segunda ordem a uma reflexão ou a uma prática geográfica (leia-se, científica) maior e mais importante. Por isso, Lévy (1987, p. 146, tradução livre) irá apontar que a literatura deve ser vista como:

[...] muito mais que uma bengala destinada a tornar menos penosa a linguagem científica. A arte, de maneira geral, antecipa frequentemente a ciência, com sua perspectiva visionária do mundo. Os artistas, finos observadores, percebem fenômenos sobre os quais os cientistas não haviam pensado, e lhes insuflam a coragem e a confiança de realizar pesquisas em domínios ainda inexplorados.

Essa breve síntese nos mostra, desta forma, uma ciência que se abre paulatinamente ao contato com a arte, uma relação que ainda tende a ser hierárquica, com a arte ocupando posição subalterna, e cercada de tensão epistemológica, revelando a dificuldade da geografia de acessar as complexidades interpostas pela linguagem e pelo texto literário, fazendo da literatura um apoio secundário destinado a nutrir de informações o pensamento geográfico.

Pelas especificidades teórico-metodológicas da corrente humanista, sobretudo o peso concedido à categoria **lugar** e a carga simbólica que esta categoria carrega, suas concepções de sujeito e das relações entre os espaços objetivo e subjetivo, há uma tendência de maior aproximação com a literatura no âmbito desta corrente. O breve histórico apresentado, contudo, demonstra que há outros enfoques e perspectivas, e que há riqueza de elementos teóricos e metodológicos, na história, para refletir e desenvolver a aproximação entre geografia e literatura.

Neste artigo, gostaríamos, no entanto, de centrar nossas reflexões em torno do conceito de humanismo e dos fundamentos teórico-metodológicos da pesquisa geo-literária norteada por este conceito.

Quais elementos do humanismo são incorporados pela geografia humanista? Qual a conexão entre a pesquisa geo-literária humanista e o conceito de humanismo? Por que o humanismo aproxima a geografia da literatura?

Tentaremos desenvolver, ao longo do artigo, essas questões teóricas essenciais, visando aprofundar o conhecimento sobre o diálogo entre geografia e literatura. Começamos por uma análise mais detida do conceito de humanismo, suas relações com a geografia e, em seguida, discutimos a formação e as perspectivas da geografia humanista. Finalmente, concluímos com uma reflexão mais aprofundada a respeito das relações entre geografia humanista e literatura.

## GEOGRAFIA, HUMANISMO E LITERATURA

### *HUMANISMO: CONCEITO HÍBRIDO*

O humanismo foi frequentemente associado a valores científicos clássicos – na contemporaneidade, o retorno do apelo por uma ciência humana descritiva é um dos mais emblemáticos (Lévy, 1987, p. 35 e 43; Monteiro, 2002, p. 13) –, além de ser visto como elitista pelo caráter de suas manifestações mais pregressas. Morin (2011, p. 127), por exemplo, indica que o sentido do humanismo renascentista era o desenvolvimento das humanidades e o retorno a uma tradição de textos profanos antigos, gregos, filosóficos e literários. Elisée Reclus, por sua vez, constata que os ideais de força, beleza, individualidade e independência mobilizados pelo humanismo renascentista somente poderiam ser alcançados por uma elite (Reclus, 1905, p. 274-276; Lévy, 1987, p. 35-36). Elementos como esses fizeram com

que o conceito fosse visto como conservador e desconectado dos problemas objetivos da realidade social.

Neste sentido, críticas importantes partem tanto de pensadores radicais, inspirados sobretudo pelo marxismo (crítica aos traços conservadores e ao descompromisso coletivo), quanto de intelectuais oriundos da tradição positivista (falta de objetividade e “cientificidade”).

Lefebvre (1968, p. 69 e 364, tradução livre), por exemplo, irá definir o humanismo clássico como “velho humanismo liberal” ou “antigo humanismo do capitalismo concorrencial e da burguesia liberal”. Esse velho humanismo, para ele, não é tanto um conceito quanto uma ideologia (Lefebvre, 1967, p. 41), e a esta ideologia deveria contrapor-se um novo humanismo, um “humanismo revolucionário” destinado a “transformar a vida” (Lefebvre, 1968, p. 69, tradução livre).

Jean Paul Sartre, por sua vez, no ensaio “O existencialismo é um humanismo”, defende que a teoria existencialista – ou seja, a teoria segundo a qual a existência precede a essência – define um tipo particular de humanismo, um outro humanismo (e quando o filósofo aponta que “o existencialismo é ‘um’ humanismo”, sugere a existência de múltiplos e diversos **humanismos**), onde o homem está “condenado a ser livre” (Sartre, 1973, p. 15), onde o “cogito ergo sum” cartesiano é a primeira verdade possível (Sartre, 1973, p. 21). A realidade é subjetividade (pois é na existência do homem e na mediação sujeito-objeto que se constrói o real), e o homem é um projeto de si mesmo. Esse novo “status” do homem define um humanismo renovado, que, embora deposite toda a responsabilidade pela realidade sobre os ombros do homem, indica um caminho para a esperança e a liberdade:

Subjetivismo quer dizer, por um lado, escolha do sujeito individual por si próprio; e por outro, impossibilidade para o

homem de superar a subjetividade humana. É o segundo sentido que é o sentido profundo do existencialismo. Quando dizemos que o homem escolhe a si, queremos dizer que cada um de nós se escolhe a si próprio; mas com isso queremos também dizer que, ao escolher-se a si próprio, ele escolhe todos os homens. Com efeito, não há dos nossos atos um sequer que, ao criar o homem que desejamos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem como julgamos que deve ser (Sartre, 1973, p. 12-13).

Por essa primeira abordagem já se pode observar o grau de controvérsia envolvido no conceito – aliás, o humanismo é um conceito? Uma ideologia, como aponta Lefebvre? É ele uma corrente teórico-metodológica ou uma filosofia? É o humanismo um método? Oferece ele um real procedimento metodológico para orientar pesquisas numa ciência como a geografia?

Nossa abordagem está pautada na compreensão do humanismo primeiramente como conceito, ou seja, **noção abstrata**. Dessa noção abstrata, pode-se derivar um grupo de procedimentos metodológicos. Subjacente a essa noção abstrata, encontraremos um conjunto de valores, tendo claro que noções científicas abstratas, que subsidiam um conjunto de procedimentos metodológicos, frequentemente mobilizam valores e são, por isso, também ideológicas.

O conceito, no entanto, não é oriundo da Idade Contemporânea; tem raízes mais antigas. Nessas raízes, podemos identificar, de fato, o humanismo como um conjunto de valores éticos, estéticos e morais, como se pode depreender das análises de Élisée Reclus e Edgar Morin. No entanto, redescoberto e reapropriado por uma ciência humana contemporânea, com as conseqüentes exigências de sistematização teórico-metodológica, vemos paulatinamente o humanismo constituir-se mais como conceito que como conjunto de valores, embora ele não perca completamente sua antiga condição – daí a importância de investigar suas raízes.

Considerar o humanismo como “conjunto de valores” o aproxima da concepção lefebvriana, isto é, uma ideologia que, pelos valores inicialmente defendidos e pelo seu histórico pode receber a qualificação de “burguesa”. Assim, compreende-se a baixa reputação de que goza o conceito entre os intelectuais marxistas, como demonstram os casos de Sartre e Lefebvre. O último, além de diagnosticar seu traço burguês e liberal, afirma ainda que o humanismo é um “pseudo-conceito que não podemos nem sustentar, nem negar” (Lefebvre, 1969, p. 10).

Definir o conceito como **conservador** nos parece, no entanto, incorreto. Se ele foi recuperado na contemporaneidade, foi justamente por apresentar-se como mais um dos contrapontos críticos à influência neopositivista nas ciências humanas e sociais. Diante da pobre compreensão de sujeito produzida por uma ciência humana quantitativa, onde o comportamento humano é interpretado dentro de um quadro de variáveis mensuráveis e o espaço do homem é um espaço geométrico interpretado por leis matemáticas, marxismo e humanismo têm objetivos análogos: contrapor-se a essa ciência humana atomizada pela filosofia positiva, resgatar o sujeito, resgatar aquele que é a razão de ser e deve ser o foco de uma ciência humana lúcida e compromissada: o ser humano.

Se um conjunto de valores ainda acompanha o conceito de humanismo, é um conjunto de valores que se transformou consideravelmente e se distanciou do traço elitista que Reclus diagnosticou no humanismo renascentista. Com novos desenvolvimentos e as contribuições de diversas disciplinas modernas, o conceito se abriu consideravelmente e oferece hoje um rico panorama de ideias sobre o ser humano, a sociedade, a cultura e as ciências humanas. Nas palavras de Edgar Morin (2011, p. 135):

O humanismo não é mais essa espécie de cavalheiro extralúcido, portador da verdade, da certeza, da razão, da ciência, portador do próprio Santo Sacramento. O humanismo é a necessidade e a interrogação fundamental de nosso século [...]. Mas não é um cadáver que é preciso salvar, é um humanismo vivo que responde aos problemas cruciais do mundo moderno.

Assim, podemos concluir que o conceito de humanismo é eminentemente híbrido, possui longo histórico, atravessa as fronteiras ideológicas e disciplinares e está sujeito a importantes controvérsias. Além do mais, renovou-se com o tempo, assimilando transformações históricas, políticas e culturais, e atualmente, como assinala Morin, reflete alguns dos mais importantes desafios do presente histórico.

Ainda que este conceito possua diferentes significados (Tuan, 1985, p. 144) e um caráter híbrido, ele é o principal fundamento conceitual da geografia humanista, que postula uma revalorização do ser humano e uma recuperação da sua centralidade no arcabouço teórico-metodológico do pensamento geográfico. Neste sentido, essa recuperação se relaciona com esse “humanismo vivo que responde aos problemas cruciais do mundo moderno”, e não com o humanismo do passado, elitista e desconectado das problemáticas sociais. É, por isso, importante refletir sobre a constituição da geografia humanista e sua apropriação do conceito em diferentes enfoques e perspectivas.

#### *FORMAÇÃO E PERSPECTIVAS DA GEOGRAFIA HUMANISTA*

O humanismo ressurgiu com força nas ciências humanas na era contemporânea, sobretudo como mais um dos contrapontos críticos às escolas neopositivistas, que, especificamente na geografia, foram influentes com a **Nova Geografia** nas décadas de 1950 e 1960. Com efeito, esse movimento não é monopólio da geografia, mas é

paradigmático na disciplina, onde a influência neopositivista foi tão forte quanto o movimento crítico engendrado por ela.

É necessário caracterizar esse contexto. A configuração econômica do pós-Guerra, ou seja, o novo momento de forte expansão do sistema capitalista, e a introdução de ferramentas como o computador na pesquisa científica causaram transformações importantes na geografia a partir da década de 1950. Até então, segundo Corrêa (1980, p. 5), a disciplina era “caracterizada, de um lado, pela abordagem regional, e, de outro, pela abordagem ecológica”.

O novo contexto socioeconômico, político e tecnológico da década de 1950 iria trazer, como afirma ainda Corrêa (1980, p. 6), “a ideia de tornar a Geografia uma ciência, de acordo com o método científico preconizado pelo positivismo lógico”. Dentro dessas novas necessidades socioeconômicas e culturais, a “velha geografia”, com suas descrições “das inter-relações de fenômenos sociais e naturais em um quadro regional único, onde estava implícita a ‘harmonia regional’, que incluía a harmonia entre as classes sociais, não bastava mais” (Correa, 1980, p. 6).

A década de 1960 representa o apogeu da **Nova Geografia**, e as transformações engendradas a partir da década de 1970 têm como motor a insatisfação, por parte de um número expressivo de geógrafos e comunidades geográficas, com as concepções científicas e ideológicas da geografia de inspiração neopositivista. A Geografia Tradicional entra em crise a partir de meados da década de 1950 (Moraes, 2002, p. 93), por isso a **Nova Geografia** também é parte de um movimento de renovação da disciplina. No entanto, como o positivismo é o fundamento tanto da Geografia Tradicional (Moraes, 2002, p. 21; Santos, 2004, p. 99) como da **Nova Geografia**, podemos dizer que ele constitui o fermento maior do movimento de renovação intelectual que adentra as últimas décadas do século XX.

Para o positivismo lógico, as ciências experimentais representam o modelo por excelência do conhecimento científico. Aquilo que não pode ser mensurado ou empiricamente demonstrado é considerado metafísica, idealismo estéril ou retórica. A ambição do positivismo para as ciências humanas desde Auguste Comte é a elas aplicar o método experimental, ou simplesmente “método científico”.

Evidentemente, o método experimental é o mais apropriado para as ciências exatas e naturais, que exigem mensuração, empirismo e quantificação. Já nas ciências humanas, a aplicação do método exige consideráveis distorções e imposições teórico-metodológicas. No entanto, segundo o ideário positivista, as ciências humanas não mereceriam ser qualificadas como **científicas** enquanto não pudessem ser inteiramente apreendidas e operacionalizadas segundo os métodos experimentais.

Não faz parte de nossos propósitos traçar um panorama completo dos aspectos teóricos e metodológicos da **Nova Geografia**. No entanto, a fim de estabelecer o contraponto entre a corrente quantitativa e a corrente humanista, é necessário tecer algumas observações.

É importante considerar, primeiramente, que o objeto da geografia oferece certa viabilidade para as abordagens positivistas. Embora o espaço não se restrinja a esse aspecto, ele é dotado de um caráter geométrico passível de ser apreendido segundo a geometria clássica euclidiana. Todavia, as formas geométricas são objetos abstratos, e não empíricos. O espaço, entretanto, permite apreensão tanto abstrata (geométrica) quanto empírica. Distância e forma são elementos importantes de seu funcionamento e passíveis de apreensão matemática, quantitativa.

A geografia, sob essa ótica, oferece um objeto quantificável de estudo: o espaço. O fato de que a disciplina tenha sido vista durante

muito tempo como a ciência “do espaço geográfico” ou “da superfície terrestre”, e não do ser humano nesse espaço ou nessa superfície, deu sua parcela de contribuição histórica para propiciar a tentação de uma geografia inteiramente quantitativa, debruçada sobre um objeto empírico autonomizado, cujas leis de funcionamento não somente não dependem dos sujeitos históricos concretos, como também os subjagam.

O espaço é um objeto. Esse objeto é um continente geométrico. Os sujeitos estão com ele implicados somente por inserirem-se nesse objeto-continente como elementos determinados por ele. O comportamento humano no espaço (e, portanto, a relação homem-meio), desta forma, é resultado de múltiplas variáveis quantificáveis, uma espécie de behaviorismo geográfico onde o que não é do alcance da abordagem objetiva é metafísica, está fora da realidade sensível e não deve ser objeto de preocupação de uma “ciência dura”.

A compreensão de sujeito da corrente quantitativa é a questão central para o estabelecimento dos contrapontos críticos que partirão tanto da corrente marxista quanto da humanista. Nesse espaço autonomizado, estatístico, que se relaciona matematicamente com o ser humano, onde há lugar para os sujeitos teleológicos, dotados de consciência, vontade e sensibilidade, que apreendem, representam e atuam ativamente na formação e transformação do espaço? Assim, marxistas e humanistas investirão na recuperação do sujeito e da complexidade de sua relação com o espaço.

Os marxistas irão salientar o caráter teleológico dos sujeitos, dotados de finalidade, objetivos, projetos e capazes de intervir no espaço para a realização de suas aspirações. De fato, é difícil conceber uma escola marxista que não admita a ampla possibilidade de intervenção e transformação do mundo. O ser humano não pode ser um mero produto da configuração espacial, e os sujeitos dotados de força crítica empreendem projetos de ruptura e transformação.

Os humanistas, por outro lado, ressaltam o caráter afetivo da relação entre o ser humano e o espaço, estimulando o desenvolvimento da categoria de **lugar**, que salienta os traços psicoemocionais da relação homem-meio. Efetivamente, o ser humano não é um simples produto do espaço; tampouco se relaciona com ele apenas de forma objetiva, prática e previsível segundo variáveis quantitativas. O ser humano apreende o espaço e o elabora de acordo com sentimentos, imprime significados múltiplos aos espaços que ocupa e visita, expressa suas impressões, emoções e sensações sobre eles na literatura, na pintura, no cinema ou na música, contribuindo assim para forjar concepções e atitudes que têm importantes desdobramentos geográficos.

Um dos primeiros e mais importantes propósitos da geografia humanista é, portanto, resgatar esse elo fundamental, desprezado pelos neopositivistas como subalterno na constituição e transformação do espaço, o ser humano: “De maneira geral, o humanismo aspira a reconciliar a ciência com o ser humano”, afirma Lévy (1987, p. 33, tradução nossa). Na geografia, não é diferente. E o contexto da segunda metade do século XX, com sua forte influência neopositivista, contribuiu para dar um caráter de urgência a esse objetivo.

Desta forma, aquilo que era no ser humano desprezado pela abordagem positivista, seus afetos, valores, percepções, emoções e representações, o caráter simbólico de sua relação com o real, todo o universo subjetivo que era visto como “metafísica” a ser eliminada do “verdadeiro” procedimento científico é recuperado pelos geógrafos humanistas, que passam a defender a sua primazia para a geografia e para a categoria de **lugar**. Por sua vez, a cisão rígida entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, típica da abordagem quantitativa, é abandonada. Bailly e Pocock, neste sentido, pontuam que:

A abordagem humanista não se contenta de estudar o homem racional, mas também aquele que sente, reflete e cria... Toda

divisão rígida entre o mundo objetivo, exterior e o mundo subjetivo, interior é rejeitada uma vez que o mundo encontra sua coerência nos nossos conceitos organizadores, constituindo-se como uma extensão da nossa consciência (Bailly; Pocock, 1995, p. 166, tradução livre).

Recupera-se, assim, a unidade entre mundo objetivo e subjetivo. Para a geografia quantitativa, não somente mundo objetivo e subjetivo deve ser adequadamente separados, como também o sujeito (mundo subjetivo), quando investido da posição de cientista, deve libertar-se de toda subjetividade para não “contaminar” o procedimento científico objetivo e a “correta” compreensão do real. E a forma apropriada de eliminar a subjetividade é a aplicação do método experimental, imune à “contaminação” do sujeito.

Se, para os humanistas, existe uma unidade entre mundo objetivo e subjetivo, não se aplica ao pesquisador, ao cientista, essa mesma lógica rígida de cisão e anulação. Não somente se aceita como se defende que a subjetividade do pesquisador participe do procedimento científico. É por isso que Bailly e Pocock (1995, p. 167, tradução nossa) afirmam ainda que, para a geografia humanista, “A personalidade, a intuição e a reflexão do pesquisador são explicitamente valorizadas para evitar os *a priori* do método científico”.

É importante observar que os autores se referem ao método quantitativo como “método científico”, exatamente como os positivistas. Tuan (1985, p. 144) segue caminho semelhante quando contrapõe a abordagem humanista à “abordagem científica”: “De que maneira a concepção humanística do homem é mais compreensiva que a da ciência?”, nos pergunta ele, para em outro contexto afirmar: “A ciência formula questões específicas e recebe respostas específicas. A ambivalência [...] é talvez o pecado capital na ciência. As

humanidades, por outro lado, possuem uma tolerância muito maior em relação à ambivalência, à ambiguidade, ao paradoxo e à ironia” (Tuan, 1976, p. 3, tradução livre). Por conseguinte, é possível subentender que as “humanidades” não pertencem à ciência ou a ela se contrapõem. Mas, não seria necessário, na realidade, propor o alargamento daquilo que se qualifica sob o epíteto “ciência”, tão contaminado pela tradição hermética das ciências exatas? E não é essa precisamente uma das críticas mais importantes dos geógrafos humanistas?

De todo modo, Tuan é justamente “um dos expoentes máximos da Geografia Humanista”, tendo influenciado fortemente a obra de diversos outros importantes humanistas, como Anne Buttmer, Edward C. Relph e J. Nicholas Entrikin (Gonçalves, 2010, p. 50-51), e sua obra oferece uma rica visão da concepção humanista do homem, da sociedade e do espaço. Segundo Marandola Jr. (2013, p. 51, grifos no original), por exemplo:

O rótulo “geografia humanista” assumiu ares de subcampo a partir das publicações dos anos 1970, especialmente com o artigo “Humanistic Geography”, publicado por Yi-Fu Tuan no “Annals of the Association of American Geographers”, em 1976, e com a coletânea homônima publicada por David Ley e Marwyn Samuels, em 1978.

Procurando definir a geografia humanista (ou humanística), Tuan sustenta que ela “procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico bem como dos seus sentimentos e ideias a respeito do espaço e do lugar” (Tuan, 1985, p. 143).

Consequentemente, um dos conceitos mais importantes para os geógrafos que se reconhecem como humanistas é o de “mundo vivido” (“*lebenswelt*”), oriundo da fenomenologia de Edmund

Husserl e que busca apreender toda a complexidade “da experiência humana do mundo” (Buttimer, 1985, p. 172). Assim, o espaço não é somente um espaço ocupado de forma racional e matematicamente previsível, segundo a abordagem da escola quantitativa, mas um espaço **vivido**; materialmente ocupado, mas com a intermediação do mundo simbólico; experimentado no presente, mas com toda a carga do passado e em função das finalidades (caráter teleológico) do futuro. Mundo objetivo e subjetivo não cindidos, não subjugados um ao outro, mas formando uma unidade. A vida humana não é somente um conjunto de opções racionais em espaço geométrico, mas uma **existência**, que imprime no espaço sentimentos, valores, ambições, marcas do passado, um complexo universo simbólico. Novamente segundo Buttimer:

“Mundo”, para o fenomenologista, é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é “um mero mundo de fatos e negócios... mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático”. Está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal. Uma vez consciente do mundo vivido na experiência pessoal, um indivíduo deveria visar apreender os horizontes compartilhados do mundo de outras pessoas e da sociedade como um todo. Falando de um modo geral, *lebenswelt* poderia ser definido como “um horizonte abrangente de nossas vidas individual e coletiva (Buttimer, 1985, p. 172, destaques no original).<sup>4</sup>

Desta forma, podemos dizer que a geografia de inspiração neopositivista foi, contraditoriamente, o motor de uma insatisfação que resultou em novas abordagens, entre as quais pode ser situada a abordagem humanista, ancorada sobre um conceito híbrido, o

<sup>4</sup> As citações da autora referem-se, primeiramente, às ideias do próprio Edmund Husserl no artigo “The Idea of phenomenology” (1907) e, por último, às ideias de J. Lyons no artigo “Edmund Husserl” (1968).

humanismo, que alicerça uma escola de pensamento complexa, que resiste às definições unívocas e herméticas.

De fato, a multiplicidade de ideias que dá origem à geografia humanista é tão grande e há tantas diferenças entre seus expoentes, que Gomes chega a afirmar que “‘Há tantos romantismos quanto românticos’. Esta fórmula pode também ser aplicada para caracterizar o humanismo na geografia”, e que “A definição da geografia humanista herda todos os problemas advindos da própria noção de humanismo, que nem sempre é utilizada com os mesmos limites, nem com o mesmo conteúdo” (Gomes, 1996, p. 304, destaques no original).

A problemática em torno do conceito de humanismo e a multiplicidade da geografia humanista não impede, entretanto, uma sólida aproximação do pensamento geográfico com a arte e a literatura no âmbito dessa corrente. Gostaríamos de discutir, neste sentido, as especificidades da aproximação da geografia com a literatura mediada pelo conceito de humanismo.

#### GEOGRAFIA HUMANISTA E LITERATURA

A recuperação do ser humano, como finalidade e como meio do estudo do espaço geográfico, aproxima a geografia da arte e da literatura. Assim, recupera-se a noção de que a razão de ser da geografia é em última instância o ser humano, nas múltiplas necessidades da vivência prática e sensível do espaço. Ter o ser humano como meio significa entender que os próprios seres humanos são importantes elementos de compreensão do espaço geográfico; e que seus sentimentos, interpretações, expressões e representações constituem valioso material para a pesquisa geográfica.

Desta forma, alguns dos mais importantes marcos dos sentimentos e das representações humanas, sobretudo as diversas formas

de expressão artística, são incorporados como elementos do conhecimento geográfico. A relação do ser humano com o espaço, sendo um capítulo central da vivência humana do mundo, imprime-se e perdura na expressão artística, entre as quais a literatura.

A abordagem humanista também recupera a unidade entre mundo objetivo e subjetivo – e a obra literária pode ser considerada um elemento dessa unidade. Neste sentido, um “sujeito-escritor” não está cindido do “objeto-mundo” por ele representado e expressado, e dele não é um produto, determinado por leis quantificáveis. Sujeito (mundo subjetivo) e objeto (mundo objetivo) formam uma unidade contraditória, em que o mundo subjetivo recebe as influências do mundo objetivo, operacionalizando, a partir dessas influências, sentimentos, emoções e valores; realizando um trabalho ativo de compreensão, elaboração e expressão e, assim, intervindo na transformação do objeto, que volta a influenciar o sujeito e assim sucessivamente.

Consequentemente, a geografia passa a ver as obras literárias como um dos representantes simbólicos da unidade contraditória entre ser e espaço. Além do mais, superando a cisão entre mundo objetivo e subjetivo, a geografia humanista tem uma visão mais tolerante em relação à posição do pesquisador. Entendendo que o mundo subjetivo não somente deve ser respeitado, mas também pode dar contribuições importantes ao conhecimento, a corrente humanista valoriza tanto a subjetividade do artista quanto a do pesquisador.

Desta forma, um conjunto híbrido que reúne valores, sentimentos, ideias e visões de mundo é posto em operação para impelir o pesquisador a determinados objetos de estudo ou posições teórico-metodológicas. A não repressão dessa participação subjetiva representa um contraponto ao que Lévy (1987, p. 23, tradução livre) define como “época de standardização e de massificação cultural”,

cujas consequências também se manifestam nas publicações científicas. Contra ela, o autor defende a originalidade, o estilo da escrita e a coerência do pesquisador.

A revalorização do mundo subjetivo, desta maneira, alcança maior dimensão no âmbito da geografia humanista. A geografia marxista também se dedica a aprofundar a compreensão do sujeito para além dos reducionismos quantitativos. Entretanto, esse não é o centro de suas preocupações. O foco dos marxistas nas múltiplas contradições da estrutura eclipsou a preocupação com o sujeito. A geografia marxista, assim, é essencialmente uma geografia econômica (mundo objetivo), que incorpora a crítica à economia política, de Marx. Não se nega uma unidade contraditória entre mundo objetivo e subjetivo, mas o centro da análise é o primeiro e não o último, o que faz com que muitas vezes o mundo subjetivo seja visto como simples subproduto ou epifenômeno do mundo objetivo.

Desta forma, a valorização do ser humano como fim e meio da ciência geográfica ocorre mais explicitamente na geografia humanista. É nessa corrente que encontraremos estudos inteiramente focados em aspectos subjetivos da experiência humana do espaço e um maior enfoque sobre a percepção, a representação e a expressão do espaço.

Essa revalorização da subjetividade traz em seu bojo uma valorização da arte (veículo importante de expressão da subjetividade) como objeto de estudos da geografia. É assim que encontraremos os já notórios estudos sobre literatura, mas também estudos relacionados às artes visuais, à música e ao cinema.

Lévy (1987, p. 22, tradução livre) ressalta o caráter natural da associação entre geografia humanista e literatura: “Minha discussão sobre o humanismo procurará mostrar o caráter natural dessa aliança”. A década de 1970 é rica no que diz respeito à constituição da geografia humanista, sobretudo na Inglaterra. Uma das obras de referência dos

estudos geo-literários é o livro de ensaios “Humanistic geography and literature: essays on the experience of place”, organizado por Douglas Pocock e publicado em 1981, reunindo importantes pesquisadores da geografia humanista anglo-saxã que, na década de 1970, se aproximaram da literatura. Novamente, segundo Lévy (1983, p. 37, tradução livre), “Isso se deve ao fato de que a geografia humanista foi a primeira a estabelecer parâmetros epistemológicos e metodológicos visando à integração das fontes de conhecimento não científico no âmbito da disciplina geográfica”.

A associação é natural no sentido de que o humanismo, na geografia, com sua forte crítica aos preceitos positivistas, passou a valorizar elementos antes ofuscados ou menosprezados pela geografia quantitativa, que encontram na literatura um de seus veículos de expressão. Aceita-se, doravante, que emoções, sensações, impressões, percepções, representações, sentimentos, ou o conjunto de toda essa carga subjetiva, integram a relação homem-espaco ou homem-meio. A geografia, então, volta-se aos registros mais perenes desses elementos, entre os quais a arte e a literatura.

Por isso, Bailly e Pocock (1995, p. 167, tradução livre) sugerem que “A literatura e as artes são também muito úteis ao geógrafo humanista como fonte de informações e para melhor apreender o desenvolvimento ou a aparição da nossa sensibilidade em relação ao meio; além do mais, elas nos ajudam a formular ou confirmar nossas hipóteses de pesquisa”.

Pocock (1981), no ensaio “Imaginative Literature and the Geographer”, introdutório ao livro “Humanistic Geography and Literature”, defende o emprego das “fontes literárias” na pesquisa geográfica, assumindo posição abrangente no que diz respeito às questões metodológicas, como pontua Lévy (1983, p. 40, tradução livre):

A abordagem de D.C.D. Pocock não impõe regras metodológicas inflexíveis ao geógrafo que mergulha no universo literário. O autor propõe, ao contrário, um procedimento maleável, empírico e não estruturalista para o trabalho com a literatura, afastando-se das técnicas “objetivas”, como a análise estrutural ou de conteúdo.

Procedimento maleável, empírico e não estruturalista: uma posição que ilustra a atitude humanista em relação à literatura. Esse elemento “empírico” é visto com entusiasmo pelo próprio Lévy (que, de resto, também demonstra grande maleabilidade e afasta-se reiteradamente das abordagens estruturalistas), cuja tese de doutoramento estuda a obra de Hermann Hesse relacionada ao espaço existencial do autor. Discorrendo sobre seu método, Lévy (1987, p. 23, tradução livre) assegura que: “meu procedimento consistiu em me impregnar da escrita daqueles que considero grandes espíritos, tentando apreender a essência do seu pensamento, do qual espero ter recolhido alguns fragmentos”.

Desta forma, frente à ortodoxia de uma abordagem quantitativa que embota os sujeitos, rompe a unidade contraditória entre mundo objetivo e subjetivo e impõe um procedimento metodológico rígido, contrapõe-se uma abordagem humanista abrangente, maleável, que resgata os sujeitos, recupera a unidade contraditória entre mundo objetivo e subjetivo e propõe um procedimento metodológico flexível. Na geografia humanista, assim, encontramos a valorização da diversidade teórica e metodológica que é própria ao conhecimento, particularmente ao conhecimento do ser humano e da sociedade.

É necessário ressaltar, entretanto, que as posições teóricas adotadas pela geografia humanista também estabelecem sólidas bases metodológicas para o estudo da literatura: recuperação do ser humano como fim e como meio do conhecimento; unidade entre mundo objetivo e subjetivo (que pode também ser descrita como

unidade homem-meio ou unidade real-imaginário); valorização da subjetividade do pesquisador; mergulho nas obras e liberdade interpretativa e discursiva.

As concepções da geografia humanista sobre o espaço geográfico e a pesquisa científica, desta forma, a levam, quase naturalmente, a uma aproximação com as artes, entre as quais podemos situar a literatura em todas as suas manifestações. Isto não quer dizer que a literatura só se conecta ao pensamento geográfico numa concepção humanística, mas que há evidentes avanços teórico-metodológicos sobre a temática no âmbito desta corrente, que devem ser objeto de atenção por parte dos pesquisadores de quaisquer vertentes teóricas que desejem se debruçar sobre o tema.

Neste sentido, tratando de geografia, literatura e humanismo, resta ainda um conceito importante a abordar em suas relações com o pensamento geográfico, a geografia humanista e a literatura: o conceito de representação, que dialoga fortemente com diversas concepções humanísticas e também oferece importantes esteios teórico-metodológicos para o trabalho dos geógrafos com a literatura.

### **GEOGRAFIA DAS REPRESENTAÇÕES E LITERATURA**

As abordagens geográficas da literatura também são, frequentemente, guiadas pelo conceito de representação. A leitura das representações do espaço, do território, da região, da paisagem e do lugar constitui muitas vezes todo o trabalho dos geógrafos no seu contato com o material literário, o que é objeto da crítica dos autores que veem nisto uma grande limitação da geografia, que inibe o diálogo da disciplina com as formas literárias mais complexas e menos descritivas (Lafaille, 1989; Marinho, 2010). De todo modo, é importante discutir o conceito de representação, a constituição de

uma geografia das representações e suas relações com a geografia humanista e a literatura.

O conceito de representação também é parte de uma geografia que recupera a centralidade dos sujeitos e dá novo status ao universo subjetivo. Oliveira (2002, p. 189), neste sentido, nos lembra que: “Neste início de século, senão de milênio, ainda é oportuno e necessário refletir sobre percepção, cognição e representação geográficas. É oportuno porque está em moda pensar nos sujeitos de pesquisas como pessoas, quer como indivíduos, quer como grupos”, e “tratar de representação é tocar em cheio no problema básico da geografia – os mapas”.

Segundo Bailly e Debarbieux (1995, p. 157, tradução livre), a representação é um “processo que permite evocar mentalmente os objetos espaciais mesmo se estes não são diretamente perceptíveis”, diferenciando-se, assim, da percepção, definida como “um ato instantâneo de natureza fisiopsicológica através do qual o espírito representa os objetos em sua presença”. Segundo os mesmos autores, a geografia das representações foi inicialmente batizada “geografia da percepção”, mas afastou-se do conceito de percepção à medida que este passou a ser definido como ato fisiopsicológico que exige a presença dos objetos.

Percepção e representação, assim, são dois processos cognitivos correlatos. Entretanto, um não pode ser reduzido ao outro. Hoje, há, portanto, uma geografia da percepção e uma geografia das representações. Podemos dizer que a definição de Kozel aprofunda a de Bailly e Debarbieux, relacionando-a diretamente com o conhecimento geográfico:

As representações em geografia constituem-se em criações individuais ou sociais de esquemas mentais estabelecidos a partir da realidade espacial inerente a uma situação ideológica,

abrangendo um campo que vai além da leitura aparente do espaço realizada pela observação, descrição e localização das paisagens e fluxos, classificados e hierarquizados. [...] A aparência e a essência implícitas na organização espacial se integram, permitindo desvendar como as sociedades a utilizam e transformam, a partir das relações socioculturais e econômicas que estabelecem. Ao resgatar o vivido e as subjetividades, atribui-se à análise espacial maior amplitude para desvendar aspirações e valores pertinentes aos grupos humanos, refletindo-se na organização espacial (Kozel, 2002, p. 216).

Em outras palavras, representações constituem um universo simbólico que pode ser estabelecido individual ou coletivamente, construído no contato do homem com o espaço real, vivido, que mobiliza os valores sociais e a subjetividade, com potenciais consequências para a organização espacial. Não é o homem ou o espaço isolado, portanto, que criam as representações, mas a **relação** entre sujeito e objeto, onde se opera uma síntese entre subjetividade e objetividade.

O interesse pelas representações do espaço também pode ser associado a um ambiente de crítica a determinados aspectos do materialismo e recuperação do sujeito e do subjetivo. Para Bailly e Debarbieux (1995, p. 158, tradução livre), as ciências do homem e da sociedade por muito tempo negligenciaram os mecanismos de percepção e apreensão do real, privilegiando o estudo das dependências e determinações de ordem natural, econômica ou cultural que submetiam os indivíduos e as sociedades. Esse quadro, que os autores definem como “imperialismo do materialismo nas ciências sociais”, começa, segundo eles, a mudar na segunda metade do século XX, abrindo o caminho, na geografia, para o estudo das construções imaginárias ou imaginadas do espaço.

A associação entre a geografia das representações e a geografia humanista reside precisamente nessa revalorização do sujeito e do

subjetivo, e na compreensão de que o universo que é subjacente ao real, não visível porque simbólico ou imaginário, não é, todavia, inócuo, estabelecendo relações recíprocas com o real.

Neste sentido, um escritor pode colocar ao acesso do público suas próprias representações sobre determinados lugares, influenciando assim as representações coletivas. Pode, também, a partir de seu trabalho artístico, descortinar representações do inconsciente coletivo. Essa dialética entre o real e o representado é um dos motores da produção do espaço.

A literatura brasileira, por exemplo, é rica no que diz respeito à apreensão e representação do Brasil. Segundo Antonio Cândido, os romancistas foram os pioneiros na interpretação do país, antes que aqui se formassem comunidades científicas organizadas, algo que só se efetivará no decorrer do século XX. Segundo ele, “o nosso romance tem fome de espaço e uma ânsia topográfica de apalpar todo o país”, e o seu legado consiste “menos em tipos, personagens e peripécias do que em certas regiões tornadas literárias”, concluindo que “o que se vai formando e permanecendo na imaginação do leitor é um Brasil colorido e multiforme, que a criação artística sobrepõe à realidade geográfica e social”. A essa característica, traço importante da literatura nacional, Cândido dá o nome de “vocalização ecológica”, que se manifesta “por uma conquista progressiva do território” (Cândido, 1971, p. 114). Essa dinâmica é produto da intermediação entre espaço concreto e espaço simbólico, entre real e imaginário, entre o espaço e sua representação.

A geografia das representações irá, desta maneira, identificar uma associação íntima entre representação simbólica e apropriação e produção do espaço. Essa associação integra-se a uma ciência geográfica que passa a admitir que os sujeitos (que possuem dimensão tanto material quanto simbólica) desempenham papel ativo na

organização do espaço, precisamente o ponto teórico que une a geografia humanista e a geografia das representações. Assim, Bailly e Debarbieux (1995, p. 163, tradução livre) pontuam que:

O interesse que se manifesta por essa geografia que leva em consideração as representações mentais do espaço é motivado ao mesmo tempo por uma interrogação científica e filosófica, por um lado, e por uma demanda social, por outro. O interesse científico reside na sua capacidade de melhor compreender o “motor das ações humanas” (Aristóteles). Diferentemente de outras abordagens geográficas, esta centraliza-se nos processos cognitivos que mediatizam a relação que os seres humanos estabelecem com seu meio. Ela destaca a coerência de suas representações e práticas sem prejuízo de sua racionalidade, e se esforça para compreender de forma global a relação entre o ser humano e o espaço. Assim, essa geografia dá sua parcela de contribuição à reabilitação do sujeito, observada em todas as ciências sociais. Essas concepções são compartilhadas pelos geógrafos que se reivindicam como humanistas.

Há, desta forma, uma evidente conexão entre o conceito de representação, como é trabalhado pela geografia humanista, e a aproximação da geografia com a arte em geral e a literatura em particular. É parte da essência da arte ser uma forma de representação da realidade individual e social, e é parte da natureza humana uma necessidade ontológica de arte, a começar pela escrita, as pinturas rupestres e os primeiros mapas, pois desde o início a cartografia tem uma forte conexão com a arte.

O conceito de representação, assim, embasando uma geografia das representações que é parte integrante do movimento humanista na geografia, constitui-se como um importante mediador do diálogo entre a geografia e a literatura, demonstrando mais uma vez a coerência entre o arcabouço teórico-metodológico da geografia humanista e a consolidação da literatura como objeto de pesquisa da geografia.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou destrinçar as relações entre o conceito de humanismo, a geografia humanista e a literatura, a partir da necessidade crescente de estudos históricos e teórico-metodológicos relacionando geografia e literatura a partir da década de 1970. Sendo crescente o interesse dos geógrafos pela literatura a partir dessa data, que aponta claramente a atualidade da temática, e havendo grande necessidade de embasamento teórico-metodológico para nortear as pesquisas, é fundamental esse tipo de esforço teórico, lançando luz sobre conceitos norteadores, questões de método e metodologia.

O intuito deste artigo, desta maneira, foi dar uma pequena contribuição a uma discussão teórico-metodológica sobre a aproximação entre a geografia e a literatura. Essa discussão teórico-metodológica, evidentemente, não se faz de forma a-histórica, por isso nossa abordagem foi histórica e teórico-metodológica, como deixamos claro em nosso título.

Procuramos, também, evitar a tentação do “panorama”, quando são elencados debates e tendências de forma pouco coesa. Centramos nossas reflexões na discussão do humanismo, como e por que o humanismo como conceito e valor embasa a maior parte dos esforços de aproximação entre geografia e literatura a partir da década de 1970. A importância deste trabalho está em reconhecer onde se encontram os principais esteios teórico-metodológicos da temática, aprofundá-los e dar uma contribuição, ainda que modesta, ao seu desenvolvimento.

Este trabalho é também fundamental para a consolidação da temática da literatura como objeto de pesquisa da geografia, o que não está dado de antemão. A literatura não faz parte dos objetos clássicos de estudo da disciplina, foi antigamente tratada como

acessório da descrição das regiões, das paisagens e lugares, e contemporaneamente adquiriu inserção crescente no âmbito do pensamento e das pesquisas geográficas, mas há todo um trabalho de consolidação a ser empreendido. Por isso, não basta realizar pesquisas relacionando geografia e literatura, é preciso também dedicar-se ao trabalho de investigação e sistematização teórica que as embasa.

No decorrer do artigo, pudemos identificar uma clara tessitura teórica entre o humanismo contemporâneo, como conceito e valor, a geografia humanista e as chamadas “pesquisas geo-literárias”, que compartilham valores intelectuais, percepções de mundo e objetivos políticos. Essa tessitura teórica oferece uma riqueza de caminhos e direcionamentos teórico-metodológicos para as pesquisas e favorece um olhar de sensibilidade do geógrafo em relação às obras literárias e à humanidade que elas manifestam, uma humanidade que está imbuída do “ser-estar do homem no mundo” (Moreira, 2015, p. 143), portanto de geografia.

É necessário insistir, no entanto, que nosso objetivo não foi privilegiar certos conceitos e enfoques, mas sintetizar uma discussão teórica que orbita em torno do conceito de humanismo e tem favorecido importantes desenvolvimentos nas pesquisas geo-literárias. Assim, a investigação histórica mostrou também que outras correntes teórico-metodológicas manifestaram interesse pela literatura e que há múltiplas possibilidades de inserção desse objeto em diferentes perspectivas teóricas e políticas.

É preciso ter claro, no entanto, que cada vez mais pesquisadores interessados em geografia e literatura, das diversas correntes teórico-metodológicas, devem ocupar-se da delicada tarefa de conectar a literatura ao arcabouço teórico da geografia, visando à consolidação de uma temática que tanto tem a contribuir com o pensamento e as pesquisas geográficas. ☉

## REFERÊNCIAS

- BAILLY, A.S; DEBARBIEUX, B. Géographie et représentations spatiales. In: BAILLY, A.S et al. **Les concepts de la géographie humaine**. 3. ed. Paris: Masson, 1995, capítulo 14, p. 157-164
- BAILLY, A.S; POCOCK, D.C.P. L’humanisme en géographie. In: BAILLY, A.S et al. **Les concepts de la géographie humaine**. 3. ed. Paris: Masson, 1995, capítulo 15, p. 165-17
- BROSSEAU, M. **Des romans géographes**. Paris: L’harmattan, 1996.
- BUTTNER, A. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CRISTOFOLETTI, Antonio. **Perspectivas da Geografia**. 2.ed. São Paulo: Difel, 1985, capítulo 8, p. 165-193
- CÂNDIDO, A. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 4 ed. v. 2, São Paulo: Martins, 1971.
- CORRÊA, R. L. Da Nova Geografia à Geografia Nova. In: CORREA, R.L. **Geografia e sociedade: os novos rumos do pensamento geográfico**. Revista de Cultura Vozes, Petrópolis, Ano 74, v. LXXIV, 1980, p. 5-12.
- DANIELS, S. Arguments For a Humanistic Geography. In: BARNES, T; GREGORY, D. **Reading Human Geography. The poetics and politics of inquiry**. London: Arnold, 1997, section 7, chapter 21, p. 364-376
- GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- GONÇALVES, L. F. **O estudo do lugar sob o enfoque da Geografia Humanista: um lugar chamado Avenida Paulista**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- KOZEL, S. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, S. (Org.) **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: EDUFPR, 2002. p. 215-232
- LAFAILLE, R. Départ: Géographie et poésie. **The Canadian Geographer** 33, n. 2, p. 118-130, 1989.

- LEFEBVRE, H. **Position: contre les technocrates**. Paris: Gonthier, 1967.
- LEFEBVRE, H. **La vie quotidienne dans le monde moderne**. Paris: Gallimard, 1968.
- LEFEBVRE, H. **Posição: contra os tecnocratas**. São Paulo: Documentos, 1969.
- LEFEBVRE, H. **Au delà du structuralisme**. Paris: Éditions Anthropos, 1971.
- LÉVY, B. Géographie humaniste et littérature: notes de lecture. **Brouillon Dupont**, Avignon, n. 11, p. 37-59, 1983.
- LEFEBVRE, H. **Géographie humaniste et littérature: l'espace existentiel dans la vie et l'oeuvre de Hermann Hesse, 1877-1962**. Genebra: Université de Genève, 1987.
- LEFEBVRE, H. Géographie culturelle, géographie humaniste et littérature: Position épistémologique et méthodologique. **Géographie et Cultures**, n.21, p. 27-44, 1997.
- LEFEBVRE, H. Géographie et littérature: une synthèse historique. **Le Globe. Revue genevoise de géographie**, tome 146, 2006. p. 25-52
- LOWENTHAL, D. Geografia, experiência e imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.) **Perspectivas da Geografia**. 2.ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 103-141.
- MARANDOLA JR., E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea, **Geograficidade**, v.3, n.2, p. 49-64, 2013.
- MARINHO, S. **Um homem, um lugar: geografia da vida e perspectiva ontológica**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- MONTEIRO, C. A. F. **O mapa e a trama: ensaio sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas**. Florianópolis: EDUFSC, 2002.
- MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 18 ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**. São Paulo: Contexto, 2015.
- MORIN, E. Colóquio sobre um humanismo reinventado. In: MORIN, E. **A minha esquerda**. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 127-144.
- OLIVEIRA, L. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: MENDONÇA, F.; KOZEL, S. **Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea**. Curitiba: EDUFPR, 2002. p. 189-196.
- POCOCK, D. **Humanistic geography and literature: essays on the experience of place**. London: Croom Helm, 1981.
- RECLUS, E. Renaissance, Tome IV, Chapitre XI. In: RECLUS, E. **L'Homme et la Terre**. Paris: Librairie Universelle, 1905.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SARTRE, J.-P. O existencialismo é um humanismo. In: SARTRE, J.P; HEIDEGGER, M. **Os pensadores XLV. Jean Paul Sartre/Martin Heidegger**. 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973.
- SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- SUZUKI, J. C. O poeta, a cidade e o esfacelamento do indivíduo na modernidade: uma leitura de "A rosa do povo". In: MARANDOLA JR, E.; GRATÃO, L. H. B. (Org.) **Geografia & literatura: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação**. Londrina: EDUEL, 2010, p. 243-256.
- TUAN, Y.-F. Reflections on Humanistic Geography. **Journal of Architectural Education**, v. 30, n. 1, p. 3-5, 1976.
- TUAN, Y.-F. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (Org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.

Recebido em janeiro de 2024.  
Revisado em outubro de 2024.  
Aceito em dezembro de 2024.